

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 1 2020 Edição Especial: Museu Nacional (Volume 2)

ARTIGO

## ENGENHO DO CAMORIM: ARQUEOLOGIA DE UM ESPAÇO AÇUCAREIRO NO RIO DE JANEIRO SEISCENTISTA

Sílvia Alves Peixoto\*, Tania Andrade Lima\*\*

### RESUMO

Um dos engenhos mais antigos do Rio de Janeiro, implantado na antiga Baixada de Jacarepaguá no início do século XVII, o Engenho do Camorim foi alvo de detida pesquisa arqueológica, que incluiu o levantamento arquitetônico da casa de vivenda e escavações sistemáticas, as quais revelaram o espaço produtivo e os materiais dele descartados. Os resultados permitiram caracterizar diferentes aspectos desse complexo açucareiro, no que se refere à sua implantação na paisagem, edificações que o compunham e a cultura material a eles relacionada; e, ainda, acessar a materialidade de nativos e africanos nele utilizados como mão-de-obra, construindo assim um quadro bastante completo sobre um engenho tão remoto, cronológica e geograficamente, no contexto do Rio de Janeiro colonial.

**Palavras-chave:** Arqueologia de Engenhos; Jacarepaguá; Rio de Janeiro Colonial.

\* Doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: [silviapeixoto@gmail.com](mailto:silviapeixoto@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9496-7436>.

\*\* Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pesquisadora do CNPq. E-mail: [talima8@gmail.com](mailto:talima8@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0500-6028>.

## THE CAMORIM PLANTATION: ARCHAEOLOGY OF A SUGAR PLANTATION IN SEVENTEENTH CENTURY RIO DE JANEIRO

---

### ABSTRACT

One of the oldest sugar plantations in Rio de Janeiro, set up on the Jacarepaguá Lowlands back in the beginning of the 17th century, the Camorim Plantation was targeted for a research which encompassed the recording of the plantation house plan and archaeological excavations, that revealed the productive space and its discarded materials. The outcomes allowed us to understand various features of this sugar complex as regards its implementation in the landscape, the buildings that comprised it and its material culture; and, in addition, access the materiality of enslaved groups - Native and African, which led to quite a thorough picture of such a remote plantation -- both chronologically and geographically -- within the context of colonial Rio de Janeiro.

**Keywords:** Sugar Plantations Archaeology; Jacarepaguá; Colonial Rio de Janeiro.

## INGENIO DE CAMORIM: ARQUEOLOGÍA DE UN ESPACIO AZUCARERO EN RÍO DE JANEIRO DEL SIGLO XVII

---

### RESUMEN

Uno de los ingenios más antiguos de Río de Janeiro, establecido en la Baixada de Jacarepaguá a principios del siglo XVII, el Engenho do Camorim fue objeto de una minuciosa investigación, que incluyó el estudio arquitectónico de la casa de vivienda y excavaciones sistemáticas, que revelaron el espacio productivo y sus materiales desechados. Los resultados permitieron caracterizar diferentes aspectos de este complejo azucarero con respecto a su implantación en el paisaje, las edificaciones que lo componían y su cultura material; y, incluso, acceder a la materialidad de los indígenas y africanos que fueron utilizados como mano de obra, construyendo así una imagen muy completa sobre un ingenio tan remoto, cronológica y geográficamente, en el contexto del Río de Janeiro colonial.

**Palabras clave:** Arqueología de Ingenios; Jacarepaguá; Río de Janeiro Colonial.

## INTRODUÇÃO

No período colonial, a chamada Baixada de Jacarepaguá, um território na Zona Oeste do Rio de Janeiro de aproximadamente 140 quilômetros, englobava o que atualmente corresponde aos bairros de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, desmembrados no século XX. Circunscrita entre o oceano e dois maciços, e caracterizada por uma multiplicidade de ambientes férteis (VIANNA, 1992), a região, desde muito tempo, atrai a presença humana. A ocupação da área remonta a milhares de anos atrás, de início com as sociedades de pescadores e coletores que construíram o que se denomina *sambaquis*; e posteriormente com grupos indígenas ceramistas, que deixaram sua presença materializada nos sítios arqueológicos, nos documentos escritos e na própria toponímia local<sup>1</sup>.

Foi a partir da colonização portuguesa que a ocupação da região atingiu, contudo, escalas nunca antes vistas. Localizada, à época, muito distante do que era o centro político-administrativo do Rio de Janeiro, sendo, portanto, uma freguesia rural, Jacarepaguá foi uma das muitas sesmarias distribuídas no território carioca para fomentar a interiorização do processo de ocupação. Suas terras começaram a ser cultivadas já na 2ª metade do século XVI, com a instalação de canaviais, e, a partir da virada para o século XVII, deu-se início, com a poderosa família Correia de Sá, ao processo de aproveitamento efetivo das terras, inicialmente com a instalação do Engenho d'Água e, alguns anos depois, com o Engenho do Camorim, os quais foram seguidos por dezenas de outros ao longo dos séculos.

Do ponto de vista documental, a trajetória histórica de Jacarepaguá é minimamente contemplada. Alguns foram os pesquisadores, dentre historiadores, sociólogos e geógrafos (ABREU, 2010; ARAUJO, 1995; FRIDMAN, 1999; RUDGE, 1983; VIANNA, 1992), que se debruçaram sobre o processo de ocupação da região. Arqueologicamente, contudo, essa era uma região parcamente explorada, tendo sido alvo somente de abordagens oportunistas e levantamentos preventivos (LIMA, 2011b), e nunca de pesquisas acadêmicas teoricamente orientadas que se voltassem a investigar, a partir da Arqueologia, os engenhos da região.

A escassez de pesquisas arqueológicas na Baixada de Jacarepaguá parece ser sintomática de uma realidade maior. Fato é que a Arqueologia Histórica no Rio de Janeiro se debruçou, em grande medida, sobre os sítios arqueológicos localizados no centro histórico da cidade, em sua faixa costeira, relegando a segundo plano regiões mais afastadas do núcleo urbano, caso da Zona Oeste. Mais ainda, cronologicamente se observa um grande desequilíbrio entre o que se sabe a respeito do século XIX e o que ocorreu nos séculos anteriores no processo de ocupação do Rio de Janeiro. Além de circunscrita às zonas mais centrais da cidade, a esmagadora maioria das pesquisas arqueológicas acessou – e com grande proficiência, vale dizer – o Oitocentos carioca. Raros são os trabalhos que conseguiram dar conta de temporalidades mais recuadas nas intervenções arqueológicas realizadas<sup>2</sup>, o que resulta de inúmeros fatores, dentre eles o intenso e contínuo processo de urbanização vivenciado no centro da cidade, que acaba por mascarar os vestígios mais antigos. Surpreende também o baixo investimento, ou até mesmo o desconhecimento, dos inúmeros engenhos existentes no território carioca, de

---

<sup>1</sup> *Jacarepaguá* é derivado do tupi (*yakaré* – jacaré; *upá* – lagoa; *guá* – rasa).

<sup>2</sup> Nos últimos anos, alguns trabalhos realizados no centro do Rio de Janeiro conseguiram acessar cronologias mais recuadas na história de ocupação da cidade. Dois exemplos são as pesquisas coordenadas pelo LAB – Laboratório de Arqueologia Brasileira – na Rua 1º de março e entorno, e por LIMA na Rua da Assembleia (ver, p. e., LIMA, 2016; LIMA & LOCKS, 2016; SOUZA & LIMA, 2016 e PEIXOTO & LIMA, 2018).

importância econômica, social e política indiscutível porquanto atrelados à produção açucareira no Rio de Janeiro.

Nesse cenário, a Baixada de Jacarepaguá – ainda meio *sertão*, meio *urbe*, e com vastas áreas não construídas –, se reveste de destacado privilégio. Não somente pelos vestígios ainda edificadas de alguns dos engenhos, mas sobretudo pela possibilidade de se acessar o subsolo de alguns deles, o que confere à região um elevado potencial arqueológico, inclusive para se evidenciar o século XVII, tão pouco investigado em termos materiais.

Assim, a pesquisa aqui parcialmente apresentada partiu de uma perspectiva macro, que se voltou ao conjunto dos engenhos da região, estreitando o foco a um nível micro, a partir das intervenções e análises realizadas em uma dessas unidades, o Engenho do Camorim, que será abordado em maiores detalhes no presente artigo. O texto se inicia caracterizando, em linhas gerais, o histórico do processo de colonização da Baixada de Jacarepaguá, com especial enfoque na instalação das primeiras unidades produtivas; e, a partir daí, adentra o objeto de estudo em si, o engenho supracitado. Apresentam-se as descrições das intervenções realizadas em diferentes espaços, e as análises laboratoriais dos materiais resgatados nas escavações; e, em seguida, são confrontadas as diferentes fontes – materiais e documentais –, no que resultou em um quadro interpretativo robusto para o processo de ocupação desse engenho.

#### JACAREPAGUÁ, A "PLANÍCIE DOS MUITOS ENGENHOS"

A sesmária referente às terras de Jacarepaguá foi inicialmente concedida pelo então governador Salvador Correia de Sá, por volta de 1567, a Jerônimo Fernandes e Julião Rangel de Macedo, que com ele lutaram contra os franceses na conquista da cidade do Rio de Janeiro (RUDGE, 1983). Contudo, ao que parece, já em 1569, essas terras estavam na posse do próprio governador, sendo, no entanto, somente em 1594, que ele as recebe oficialmente como sesmária e as doa para seus dois filhos, Martim de Sá e Gonçalo Correia de Sá. Ampliadas por outras sesmarias concedidas na mesma data, essas terras ocupavam, ao final do século XVI, toda a Baixada de Jacarepaguá, estendendo-se desde a Joatinga ao pontal de Sernambetiba, desde o oceano até os atuais bairros de Deodoro e Cascadura (ABREU, 2010.).

O primeiro engenho edificado na área, na década de 1590, foi o Engenho d'Água, também chamado de Engenho de Nossa Senhora da Cabeça ou Engenho da Tijuca. A segunda unidade produtiva, o Engenho do Camorim, foi erigida por volta do ano de 1622, quando ao Governador do Rio à época, Francisco Fajardo, requereu Gonçalo de Sá:

Diz o Capitão Gonçalo Correia de Sá (...) que a ele e seu irmão lhe foi renunciada uma data de terra de sesmária, em os limites da Tijuca, além dela, onde chamam Camory e está ele Suplicante fabricando um engenho na água que chamam Pirapitinga e por quanto não está certo ficar dentro da data que lhe foi dada, e para mais certeza e excusar dúvidas, pede a Vossa Senhoria lhe faça mercê, posto que está de posse há mais de vinte anos, lhe mandar passar carta de sesmária de novo, medindo do dito sítio para cada parte, começando do dito rio onde fabrica o engenho o que houver de terra até a serra da Curicica, que são dois morros divididos em cima um do outro, que serão duas partes de légua pouco mais ou menos; e isto pede de sesmária e em caso que seja dado a outra pessoa por perda e desaproveitada na forma do foral dado às ditas sesmarias, porquanto ele Suplicante está de posse há muitos anos e receberá mercê (RUDGE, 1983: 19).

Disso resultou o início da repartição do domínio dos Sá em duas grandes glebas: as terras do Engenho do Camorim foram declaradas de propriedade de Gonçalo Correia de Sá, e as terras da Tijuca e restante da sesmária de Jacarepaguá ficaram para ambos os irmãos. No entanto, pouco tempo depois, os dois falecem, algo entre 1632 e 1633, e Dona

Esperança então vende ao seu sobrinho Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Martim, a parte das terras da Tijuca e Jacarepaguá que pertencera, em parte, a seu falecido marido, Gonçalo. Com isso se dá a partilha definitiva da sesmaria entre os dois ramos da família.

Com a aquisição da parte que pertencera a seu tio Gonçalo, Salvador Correia de Sá e Benevides tornou-se senhor de toda a porção oriental da primitiva sesmaria, confrontando seu domínio, a Oeste, pelo Rio Pavuna, com as terras de sua prima Dona Vitória de Sá, que correspondiam à parcela ocidental (RUDGE, 1983; ABREU, 2010). Salvador vendeu boa parte de sua porção na 1ª metade do século XVII e instituiu nas terras que manteve um morgado em nome de seu filho, Martim Correia de Sá e Benevides, o Visconde de Asseca (ABREU, 2010). Com o falecimento de Dona Vitória, em 1667, toda a metade ocidental da Baixada, correspondente à área do Camorim e Vargens, foi herdada pelo Mosteiro de São Bento, que administrou as terras até o final do século XIX.

#### COM OS PÉS E AS MÃOS NO CAMORIM

Do Engenho do Camorim, o segundo a ser construído pela família Correia de Sá na Baixada de Jacarepaguá, ainda se mantêm edificadas a capela e a casa de vivenda (Figura 1). A capela, de invocação a São Gonçalo do Amarante, é tombada pelo INEPAC e segue sendo utilizada pela população local até hoje. A sede do engenho mantém-se escondida no seio de uma construção bastante descaracterizada externamente, que facilmente passaria despercebida não fosse a observação de seu interior e da espessura de suas paredes, em alvenaria de pedra argamassada com tijolos maciços, características que atestam a estrutura original da sede do engenho do século XVII. As demais estruturas que compunham o complexo ou foram obliteradas ou têm seus vestígios apenas em subsuperfície.

**Figura 1** - Vista panorâmica do Camorim, que mostra, à esquerda, a Capela de São Gonçalo do Amarante, e à direita, a antiga sede do engenho. Foto aérea: Daivisson Santos.



#### A Casa de Vivenda

A sede do Engenho do Camorim foi retratada por Magalhães Corrêa em seu livro *O Sertão Carioca* (Figura 3), escrito no início da década de 1930. Correa registrou em bico de pena a edificação, à época uma escola municipal, bem como a Capela de São Gonçalo do Amarante, situada a 100 metros dela. A construção, então assobradada e sem a presença de muros, hoje é uma propriedade particular murada, de três pavimentos, interna e externamente muito modificada (Figura 2).

Através de levantamento arquitetônico realizado na edificação e de entrevistas com os moradores atuais que nela residem há algumas décadas, foi possível reconhecer as ainda existentes paredes e vãos originais da casa de vivenda do século XVII e identificar as sucessivas mudanças realizadas ao longo do tempo que acabaram por descaracterizá-la consideravelmente.

Ainda que internamente tenha sido preservada a quase totalidade das paredes originais, com espessuras variando entre 0,80 e 1,00m (Figura 6), bem como uma escada de acesso ao segundo piso feita de pedra e atualmente revestida com cimento (Figura 6b), a fachada do casarão na parte térrea, voltada para a Estrada do Camorim, conservou da construção original apenas a janela e a porta de entrada com molduras de cantaria (Figura 2) (que se veem na pintura de Magalhães Correa), em trabalho análogo ao da entrada principal da capela.

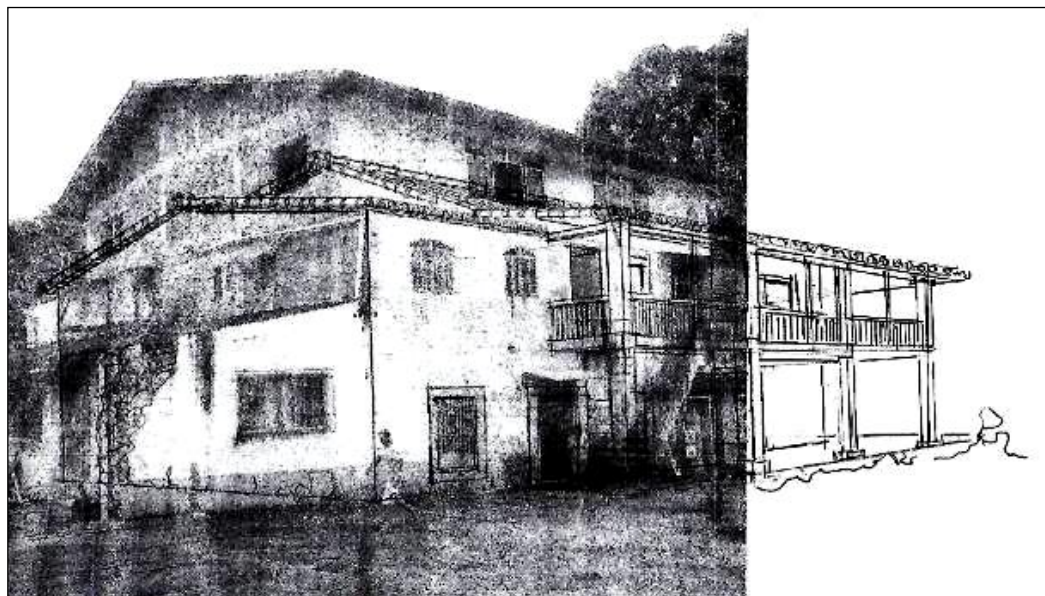
**Figura 2** - Aspecto atual da fachada descaracterizada da antiga sede do engenho. Em destaque estão a janela e a porta originais. Foto: Luiz Paulo de Araujo.



**Figura 3** - Sede do engenho retratada por Magalhães Correa na década de 1930. Fonte: Corrêa, 1936.



**Figura 4** - Projeção/sobreposição do desenho de Magalhães Correa sobre a construção atual. Observa-se a permanência da janela e da porta da fachada principal. Arte: Juan Ross.



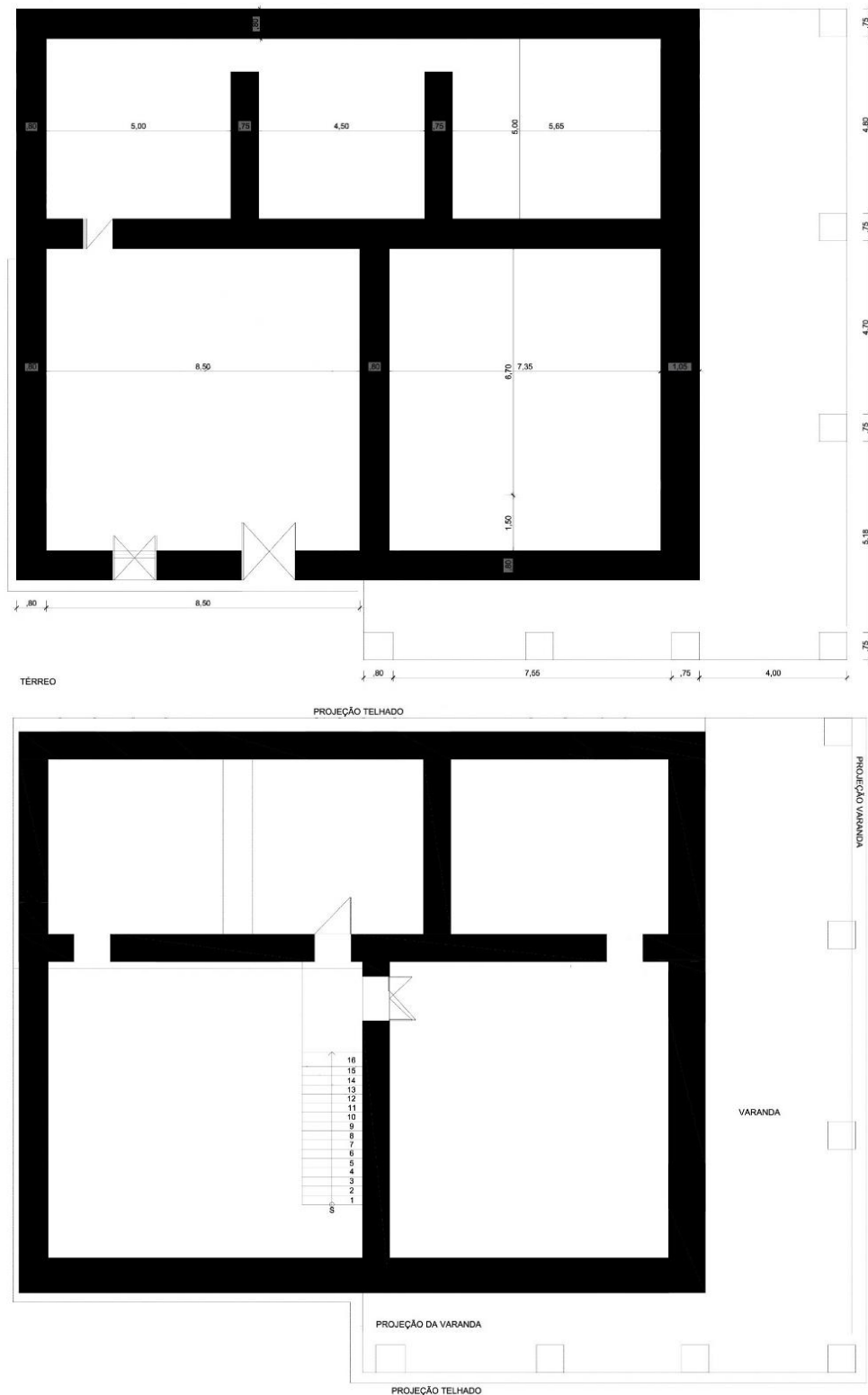
Em sua origem, a edificação tinha formato retangular, sendo as fachadas dianteira e posterior pouco mais extensas que as fachadas laterais (Figura 5). Com dois pavimentos, apresentava em ambos a mesma compartimentação interna, simétrica, apenas com ligeiras diferenças entre o primeiro e o segundo pisos. No andar térreo, o acesso ao interior era feito através de uma única porta de entrada, no lado esquerdo da edificação, que consistia em um cômodo amplo, cuja luminosidade provinha de uma única janela, próxima à porta. Um vão localizado ao fundo, no canto à esquerda, dava acesso a uma sequência de alcovas, em *enfilade*, com seus vãos de passagem alinhados no canto, de tal forma que esses aposentos eram de baixa visibilidade.

Uma leitura do espaço interno da casa permite constatar que ela foi fortemente estruturada de forma não distributiva, com acesso possibilitado por uma única via apenas, a porta de entrada, de modo a controlar o ingresso e a circulação de pessoas. Visitantes tinham acesso apenas ao piso térreo, onde a distribuição dos cômodos, fortemente restritiva, inibia seu fluxo. As três alcovas ao fundo, da mesma forma com um único vão de acesso para assegurar o controle dos seus ocupantes, foram provavelmente destinadas ao pernoite dos forasteiros que chegavam ao engenho, até mesmo dos mais frequentes e supostamente confiáveis, como o padre que vinha officiar os serviços religiosos. A escada de acesso ao segundo piso, rigorosamente vedado aos de fora, funcionava como uma poderosa barreira simbólica que não se ousava ultrapassar.

O andar superior, com acesso pela escada originalmente de pedra, com uma planta simétrica em relação ao térreo, manteve a divisão interna, com dois cômodos na parte dianteira e as mesmas alcovas do piso inferior, porém com as seguintes diferenças: a parede divisória de duas das alcovas foi suprimida, de tal forma que, na parte posterior do andar de cima, há apenas dois cômodos: um, maior, que corresponde ao espaço original de duas alcovas, como no andar abaixo; e uma alcova menor, idêntica à do piso inferior. Também, ao invés da *enfilade* que permitia a circulação entre as alcovas inferiores, nesse piso superior foram abertos dois vãos, um em cada extremidade, que possibilitaram entradas independentes para os dois cômodos posteriores a partir dos cômodos anteriores. Os dois dianteiros foram mantidos sem alteração na planta original.

No topo da escada de acesso a esse andar superior, é possível adentrar, à direita, no cômodo da frente, através de um vão. Um outro, exatamente em frente à escada, permite entrar no que seria a alcova do meio, se tivesse sido mantida, em cima, a mesma tripartição de baixo.

**Figura 5** - Plantas resultantes do levantamento arquitetônico realizado, mostrando a construção original e sua divisão interna: térreo a); primeiro piso b). Execução: Juan Ross.



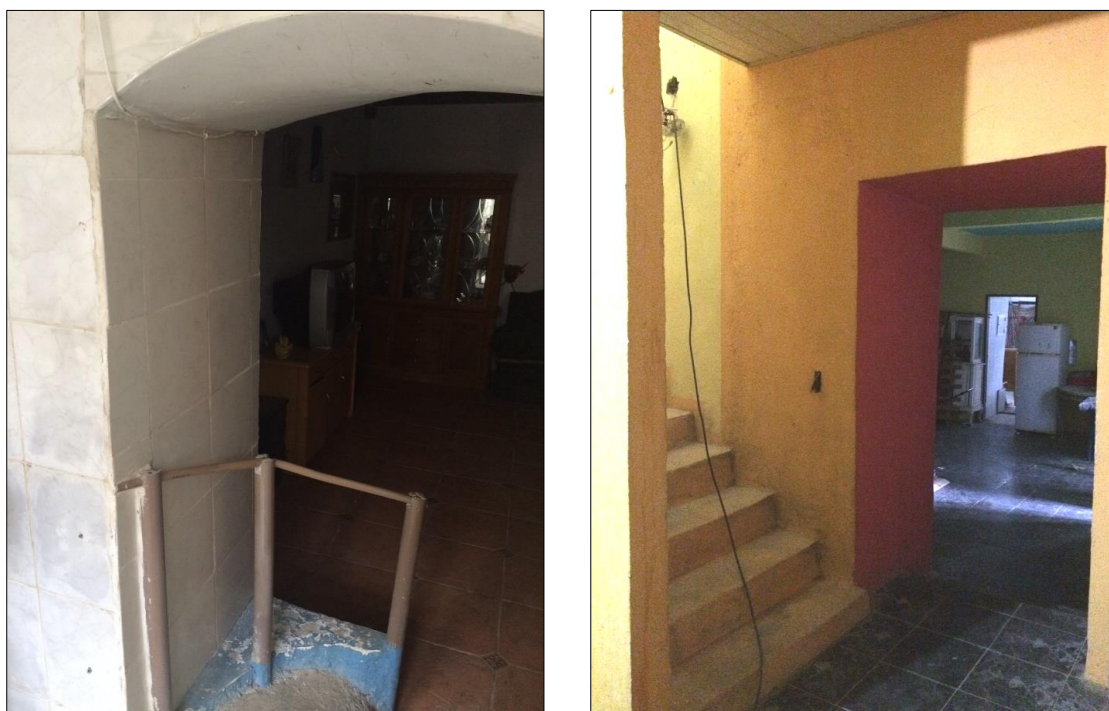
Sem dúvida, o andar superior tem um caráter mais distributivo, com maior circulação entre os cômodos, possibilitando maior comunicação entre os moradores. Parece pouco provável que visitantes tivessem acesso a esse pavimento, razão pela qual o controle podia ser um pouco afrouxado.

À época em que Magalhães Correa retratou a edificação, naquele momento uma escola municipal, esse andar recebeu um avarandado e ganhou aberturas que conectavam os cômodos ao exterior. Certamente essa não era a configuração original da sede do engenho do século XVII, tendo sido as portas e janelas abertas em momento posterior, possivelmente já no século XIX. É possível que originalmente a iluminação dos cômodos, especialmente os superiores, fosse garantida através de óculos, conforme se verifica na Capela de São Gonçalo, construção contemporânea; porém essas aberturas não mais existem, tratando-se, portanto, de uma mera suposição.

A casa de vivenda do Engenho do Camorim é, ao que tudo indica, o exemplar mais antigo dos engenhos da região que permaneceu de pé. A configuração original da edificação que foi possível recuperar revelou uma arquitetura militarizada, apoiada em uma alvenaria extremamente robusta, o que indicou um caráter altamente defensivo, na relação exterior-interior. Ademais, a compartimentação interna da casa mostrou-se pouco distributiva, com acesso possibilitado por uma única via apenas, de modo a controlar o ingresso e a circulação de pessoas.

Estando a arquitetura, tal como advoga Zarankin (1999), imbuída de componentes ideológicos que determinam a forma e a estruturação dos espaços, e sendo o ambiente doméstico uma estrutura de poder complexa, com características ativas e dinâmicas que influenciam e são influenciadas por seus ocupantes, observa-se que o espaço residencial do Engenho do Camorim foi simbolicamente estruturado para limitar e controlar o acesso exterior e o contato de estranhos com membros da casa, possivelmente inclusive impondo, mantendo e reforçando limites sociais, como Lima (2011a) observou em *plantation* no Vale do Paraíba.

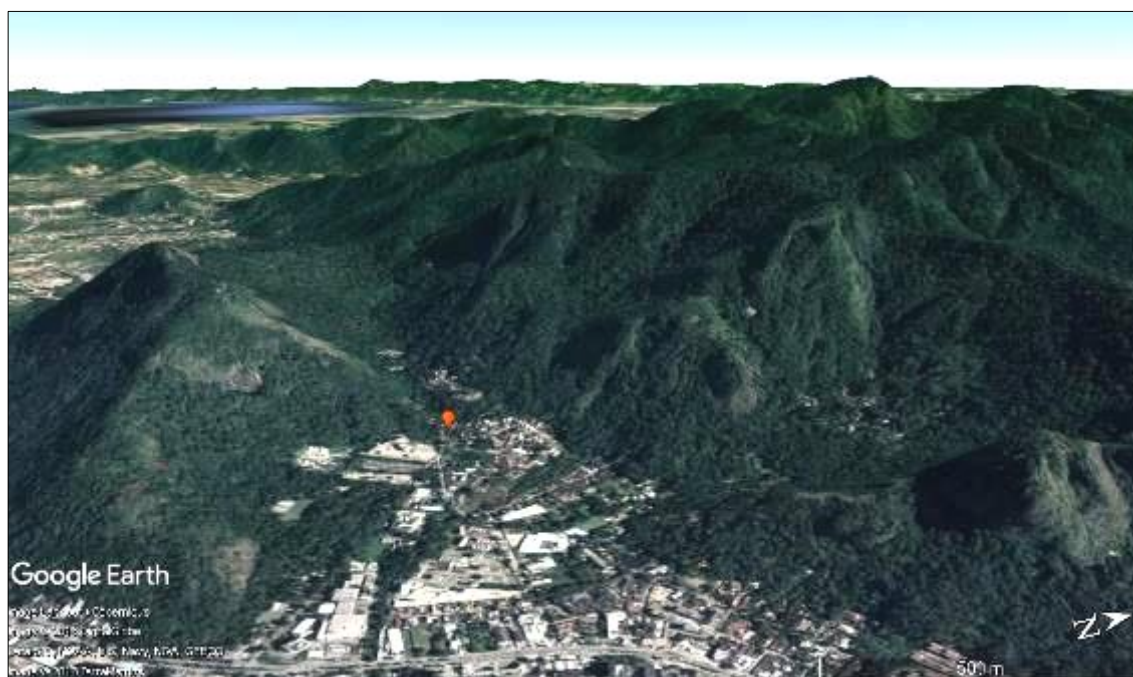
**Figura 6** - Aspecto atual do interior da antiga sede do engenho (a). Note a espessura das paredes, e a escada original hoje cimentada (b). Fotos: Sílvia Peixoto.



O caráter defensivo do Camorim foi observado também na própria implantação das edificações na paisagem (Figura 7), que privilegiou a proximidade com a encosta do maciço, possivelmente com vistas a melhor aproveitar a força da gravidade do rio no acionamento da moenda da fábrica. Contudo, além de fatores produtivos, outros de ordem estratégica parecem ter regido também a escolha do sítio onde se instalaria o complexo. Implantado num corredor absolutamente circunscrito pelo Maciço da Pedra Branca, onde se podia ter controle absoluto sobre quem entrava pela estrada ou descia pela montanha, o Engenho do Camorim parece ter tirado proveito de todas as vantagens topográficas e ambientais locais. Gozando de uma posição altamente estratégica, aproveitava ao máximo a gravidade do curso d'água para aumentar sua produtividade; e as faldas da montanha para sua proteção.

Segundo engenho a ser construído na área, no início do século XVII, o Engenho do Camorim é o representante típico dos primeiros momentos de ocupação da Baixada de Jacarepaguá, quando ainda havia fortes ameaças de franceses, holandeses e grupos indígenas. Encrustados ao pé do maciço, e atrás de grossas paredes, os Correia de Sá procuraram garantir a sua segurança e a integridade de seu patrimônio.

**Figura 7** - Implantação do Engenho do Camorim na vertente Leste do maciço. O balão vermelho indica a localização da Capela de São Gonçalo do Amarante. Fonte: *Google Earth*.



### O Espaço Produtivo

Diferentemente da capela e da casa de vivenda, as demais estruturas do engenho encontram-se atualmente apenas em subsuperfície. Sua localização era desconhecida e foi preciso uma investigação arqueológica para encontrar parte delas. Sendo assim, além do levantamento detalhado da antiga sede, em um segundo momento, na prospecção realizada no terreno localizado entre a capela e o Rio Camorim, identificou-se uma área de atividade do engenho minimamente preservada e atestada pela sequência estratigráfica evidente em um barranco exposto pelas obras de um empreendimento vizinho. A partir desse perfil, repleto de materiais arqueológicos, foi oportunisticamente delimitada e aberta uma área de escavação de 25m<sup>2</sup> acima dele, que acabou se configurando como uma expressiva área de descarte de materiais.

A primeira camada observada na escavação, mais superficial, é um pacote de aterro, de aproximadamente 40 a 60cm de espessura, caracterizado pela heterogeneidade e mistura de sedimentos e principalmente pela presença de materiais recentes junto aos históricos. Dentre esses últimos, foram encontrados tijolos, telhas, metais, cachimbos cerâmicos e fragmentos de cerâmicas de diferentes tipos, faianças portuguesas com motivos decorativos típicos do século XVII, e, em ínfima incidência, materiais do século XIX, como faianças finas e vidros.

Chamou atenção, nesses níveis de aterro, a presença expressiva de escórias de metal, subproduto do processo de fundição. Em quantidade impressionante, e representada por exemplares de tamanhos bastante variados, essa escória esteve presente por toda a área de escavação. É interessante notar, no entanto, sua quase ausência abaixo do pacote de aterro. A presença significativa desse material nos níveis superficiais da área de escavação, em meio aos sedimentos que compõem o aterro, indicou a existência, nas cercanias, de um espaço de metalurgia, no qual se realizavam atividades intensas de fundição de metal, possivelmente na produção e reparo de ferramentas do engenho.

A camada arqueológica original do local, caracterizada pela existência de um sedimento mais homogêneo, arenoso, de coloração escurecida, surgiu a partir de aproximadamente 40 a 70cm da superfície, dependendo do local, seguindo até 1m a 1,10m de profundidade. Essa camada apresentou muitos dos materiais que se encontram nos níveis superiores, de aterro. Porém, não se observaram nela materiais intrusivos, indicando que se trata, de fato, de um horizonte preservado.

As centenas de fragmentos de faianças portuguesas resgatadas dessa camada original acabaram servindo como principal marcador cronológico. Dentre os padrões decorativos observados, predominaram os motivos de influência oriental, que remetem à 1ª metade do século XVII, entre aproximadamente 1610 e 1660, período de fulgor artístico em que as olarias portuguesas se inspiravam, ou mesmo procuravam imitar as decorações presentes nas porcelanas chinesas do período Wan-Li da dinastia Ming (CALADO, 2013; CASIMIRO, 2013). Essa fase, considerada pelos especialistas como o período áureo da faiança portuguesa (CASIMIRO, 2013), é marcada pela produção de peças de elevada qualidade técnica e decorativa.

A predominância absoluta de gramáticas decorativas de inspiração oriental, como os *fitomórficos*; *sino-portugueses*; *bonina*; *filetes*; *reservas concêntricas*; *semicírculos concêntricos*; e *fitogeométricos*, aliada à completa ausência dos motivos que surgem a partir de fins do século XVII, como *rendas* e *desenho miúdo*, por exemplo, indica, com toda a segurança, que se trata de um contexto seiscentista. Ao que parece, essa área de descarte foi conformada com maior intensidade entre aproximadamente 1620 e 1680, ou seja, nas primeiras décadas de funcionamento do Engenho do Camorim.

Chamou atenção a qualidade técnica e estética dessas faianças, que apresentam delicadas peças confeccionadas com esmalte de excelente qualidade e esmerada decoração (Figura 8). Nesse contexto, merece destaque uma forma absolutamente rara, ao que tudo indica um recipiente de água para as mãos, denominado *aquamanil*, pintado em tons de azul e amarelo (Figura 8b). Além da forma, a própria decoração da peça a torna excepcional, uma vez que a pintura em amarelo era mais rara, pois requeria que ela fosse três vezes ao forno: para cozer a argila; para vidrar o branco e o azul; e finalmente para vidrar o amarelo, que ocorria a temperaturas mais baixas.

Se num primeiro momento surpreende a qualidade das louças utilizadas em um engenho tão antigo e tão distante do centro da cidade, deve-se levar em consideração que seus proprietários eram de uma das famílias mais proeminentes e abastadas do Rio de Janeiro à época, detentora dos mais altos cargos da administração municipal. Ainda que o Camorim não fosse, evidentemente, sua residência principal, era de se supor que

mesmo em um de seus engenhos rurais fosse mantido padrão semelhante. Ao que parece, para o Engenho do Camorim estavam sendo enviados serviços de mesa condizentes com o poder dos Correia de Sá.

**Figura 8** - Fragmento de malga. Note a qualidade do esmalte (a). Fragmento de aquamanil recuperado na área do espaço produtivo do engenho, de meados do século XVII (b).  
Fotos: Sílvia Peixoto.



Além das faianças, a categoria material mais expressiva evidenciada na camada original dessa área de descarte foi a cerâmica simples utilitária. As análises realizadas indicaram, funcionalmente, dois tipos de contexto, provavelmente relacionados ao mesmo espaço.

O primeiro deles é representado por peças associadas a atividades de produção do açúcar, confeccionadas majoritariamente através da técnica do torno e da queima oxidante. Essa *cerâmica do açúcar*<sup>3</sup> é exemplificada por variações da chamada *forma de pão-de-açúcar*, recipiente utilizado na atividade de purga do açúcar (Figura 9b); do recipiente denominado vulgarmente como “porrão”, que podia ser utilizado ou para assentar o pão de açúcar que escorreria o caldo; ou para receber o caldo das formas, no caso delas estarem depositadas em mesas com orifícios denominadas *andainas*; e, por fim, bem mais raro, um tipo de forma fechada com gargalo, que possivelmente servia como jarro para transportar o caldo para ser purgado.

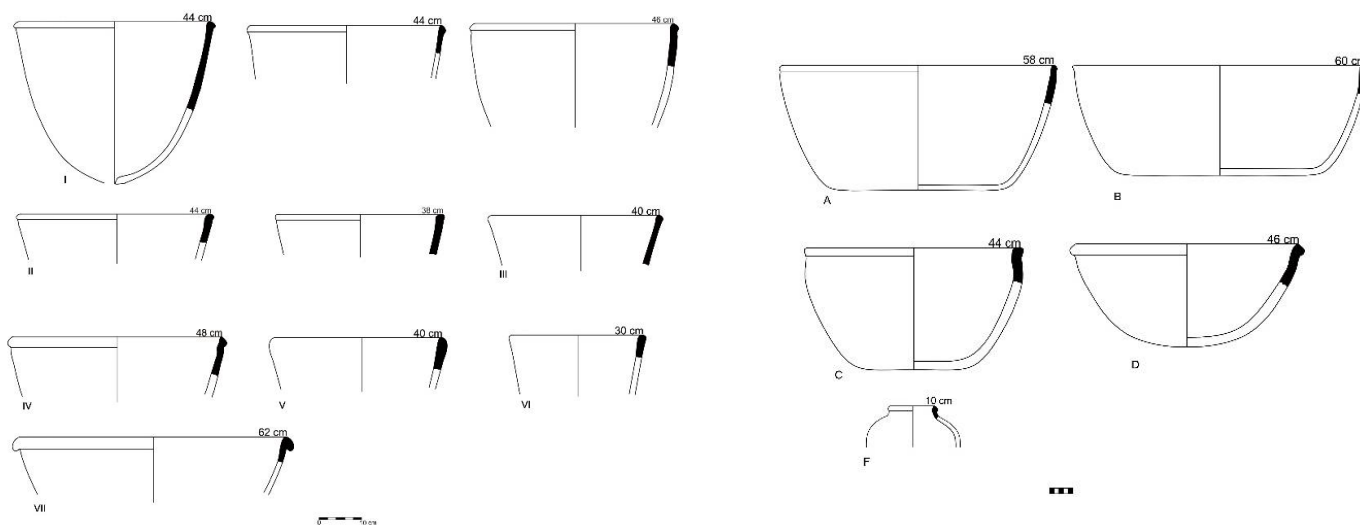
<sup>3</sup> Foi adotada aqui a terminologia – já consagrada – utilizada por pesquisadores portugueses, que há muito se debruçam sobre a cerâmica associada a contextos produtivos açucareiros de Portugal e ilhas (MORGADO *et al.*, 2012; SOUSA, 2006).

**Figura 9** - Concentração de fragmentos cerâmicos na área de descarte (a). Em destaque, a parede de uma forma de pão de açúcar (b). Fotos: Sílvia Peixoto.



Nesse cenário, o resgate de grande quantidade de fragmentos de vasilhas utilizadas nas atividades produtivas do engenho, associada à grande variabilidade observada nas bordas e diâmetros das peças (Figura 10), possibilitou o estabelecimento de tipologias, especialmente das formas de pão de açúcar, o que é bastante raro na arqueologia de engenhos brasileira.

**Figura 10** - Recipientes cerâmicos ligados à produção de açúcar resgatados no Engenho do Camorim: à esquerda, tipos de formas de pão-de-açúcar (I a VII); e à direita, tipos de porrão (A a D) e forma com gargalo (E). Digitalização: Angislaine F. Costa.



O segundo contexto é representado por peças associadas a atividades de processamento, serviço e consumo de alimentos, confeccionadas principalmente através da técnica acordelada e da queima reduzida. Essa *cerâmica culinária* é exemplificada por formas<sup>4</sup> como panelas, tigelas, assadores, pratos, entre outros (Figura 11), muitas das peças apresentando decorações plásticas características dos grupos Tupi<sup>5</sup>, como *corrugado*, *inciso*, *estriado*, *roletado*, *ungulado*, *espatulado*, *digitungulado*, *serrungulado*, *digital nodulado*, *beliscado*, *acanalado*, entre outros (Figura 12).

No interior dessa categoria, foram observadas também peças que apresentam misturas de diferentes referenciais culturais, observadas na fusão de elementos exógenos e endógenos concernentes à técnica de confecção, morfologia e decoração. Essas peças híbridas exibem, por exemplo, tecnologia indígena e forma europeia; forma indígena e técnica de manufatura torneada; bases planas; apliques de alças decoradas com motivos indígenas; entre outras.

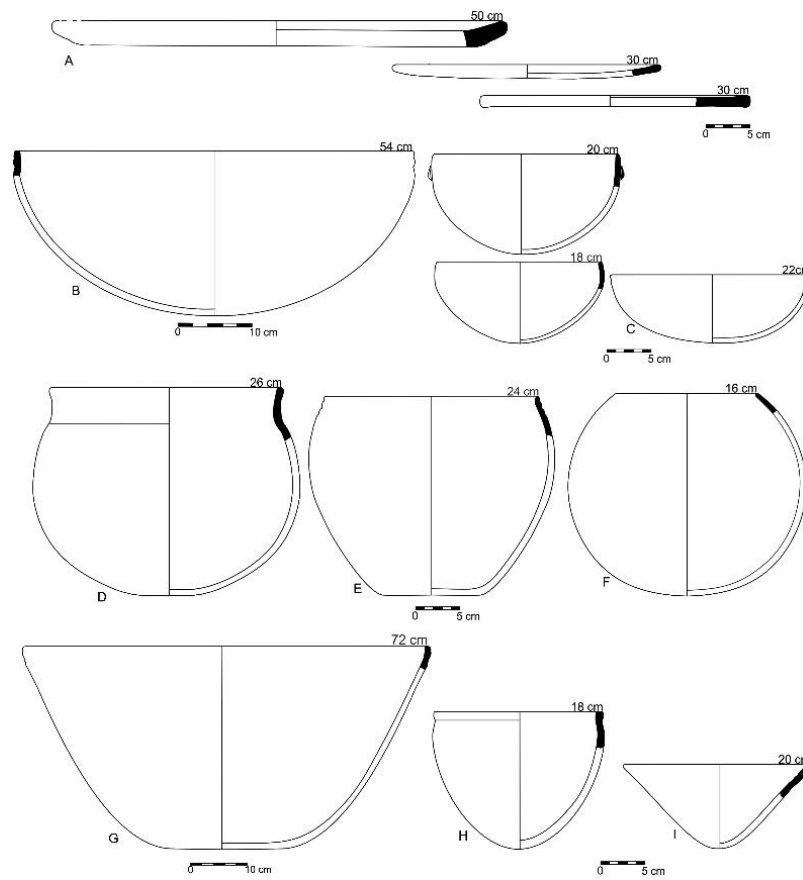
Cabe ressaltar que análises arqueométricas<sup>6</sup> realizadas sobre uma amostra com diferentes materiais cerâmicos do Camorim indicaram ter havido uma produção local de materiais cerâmicos, dentre vasilhas, telhas e tijolos. A hipótese da existência de uma olaria no engenho já se apresentava anteriormente, tanto a partir das fontes documentais, as quais indicavam a presença de oleiros dentre os cativos do Camorim; como também pela recuperação, nas escavações, de alisadores e outros itens da cadeia de produção cerâmica. Essa suposição foi então atestada, num segundo momento, pela confirmação de uma mesma argila empregada na confecção das vasilhas culinárias, materiais construtivos e recipientes relacionados ao espaço produtivo do engenho.

<sup>4</sup> Utilizou-se como guia para identificação das formas culinárias os trabalhos de Shepard (1971) e Rice (1987).

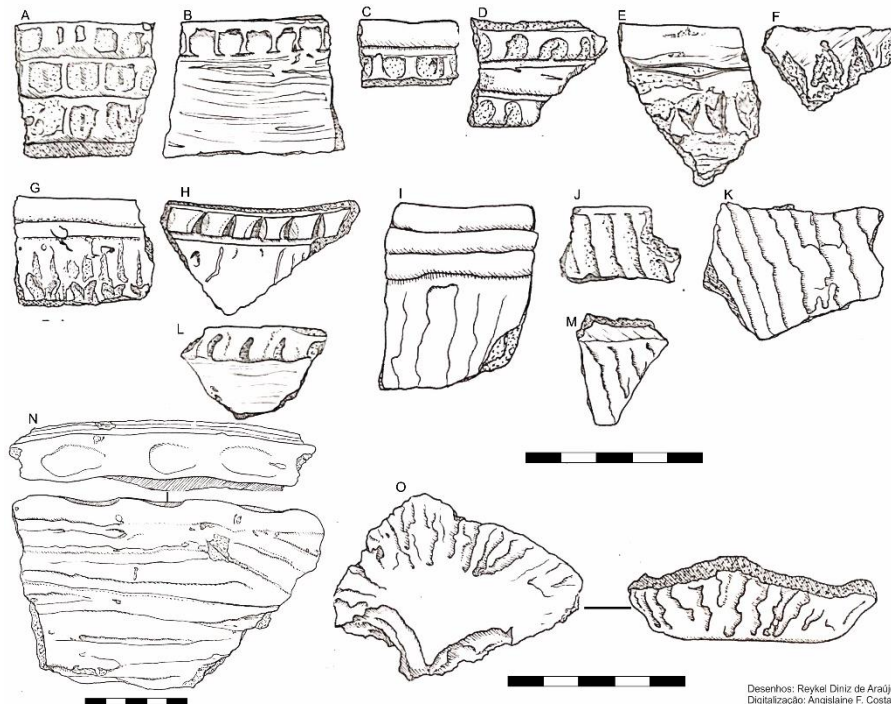
<sup>5</sup> Utilizou-se como guia para identificação das decorações o manual de La Salvia & Brochado (1989).

<sup>6</sup> A amostra, enviada à Embrapa Solos, foi analisada através da técnica de XRF (Fluorescência de Raios-x) por equipe coordenada pelo pesquisador Wenceslau Teixeira.

**Figura 11** - Peças utilizadas no processamento, como assadores (A) e panelas (D, E, F, G, H); e no serviço e consumo de alimentos (B, C, I). Digitalização: Angislaine F. Costa.



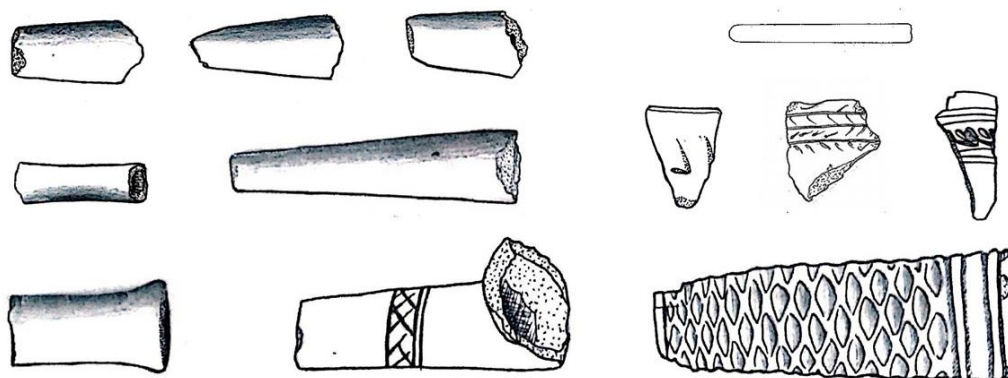
**Figura 12** - Digitungulado+Ungulado (A); Digitado+escovado (B); Digitungulado+Roletado (C, D); Serrungulado (E, G); Serrungulado reverso (F); Beliscado (H); Ungulado (L); Corrugado+Roletado (I); Acanalado (J); Corrugado telhado (K,M); Digitado+Espatulado (N); Corrugado (O). Desenhos: Reykel Diniz.



Desenhos: Reykel Diniz de Araújo  
Digitalização: Angislaine F. Costa

Além desses materiais, foram evidenciados também na camada original do sítio outros artefatos cerâmicos, como cachimbos, de maioria simples, sem decoração, porém alguns com decorações incisadas compondo padrões geométricos, sendo provavelmente alguns associados a etnias africanas (Figura 13). Um dos cachimbos, em osso, de grandes dimensões, ao que tudo indica, utilizado em rituais por grupos indígenas, impressiona pela esmerada decoração entalhada em losangos (Figura 14a).

**Figura 13** - Cachimbos resgatados na área de descarte do Engenho do Camorim.  
Desenhos: Reykel Diniz.



Trata-se de uma categoria material que informa sobremaneira sobre a agência dos indivíduos, em especial em contextos como o abordado nas escavações do Camorim. Como enfatizado por Agostini (1998), cachimbos, especialmente os decorados, eram utilizados como forma de expressão de identidade por parte dos grupos subalternos, sendo a manutenção de traços étnicos, e o uso de símbolos cujos significados não eram usualmente acessados pelos de fora do grupo, uma estratégia de resistência à coisificação pretendida pelos segmentos dominantes.

A evidência desse tipo de artefato dentre os materiais descartados do espaço produtivo do engenho permite refletir sobre práticas e estratégias empregadas pelos indivíduos para escapar, ainda que momentaneamente, do controle dos feitores sobre o seu trabalho. Como salientado por Silliman (2010), em contextos compartilhados, como os coloniais, o tempo, mais do que o espaço, estruturava os usos da cultura material. Nesse sentido, é plausível pensar que os escravos do Engenho do Camorim encontraram brechas em suas jornadas de trabalho para a prática do fumo, que podia envolver tanto momentos de relaxamento e contemplação pessoal, como de interação e sociabilidade, conforme atestam relatos históricos e fontes iconográficas.

Cabe ressaltar ainda que não apenas o fumo recreativo parece ter sido um hábito dos cativos, mas também o ritual. A presença do cachimbo tubular em osso de grandes dimensões e profusamente decorado informa, como já dito, sobre práticas mágico-religiosas nas quais esse tipo de artefato é utilizado ainda hoje por grupos indígenas (SANTOS & COSTA, 2015).

Emblemática também foi a constatação de uma representação do cosmograma BaKongo<sup>7</sup> incisada na base de um fragmento cerâmico (Figura 14b), o que remete à

<sup>7</sup> Símbolo formado por dois eixos que se cruzam no centro, na maioria dos casos envoltos por um círculo, que representa os quatro momentos do sol, na cosmologia dos Bakongo da África Central. A linha horizontal da cruz corresponde ao oceano, a *kalunga*, que divide as duas montanhas que se espelham, se opondo pelas bases, que são respectivamente o domínio dos vivos e o dos mortos. Essa linha horizontal liga a aurora ao crepúsculo, representando o movimento do sol, que nasce diariamente no Leste, cumpre a sua trajetória sobre a terra e se põe na água, a Oeste. Durante a noite, de forma inversa, ele ilumina a porção inferior do universo, onde habitam os mortos, até surgir de novo, ciclicamente. Desta forma

manutenção de crenças de grupos étnicos específicos no interior da escravaria. Assim, mais do que brechas temporais, esses indivíduos encontraram também meios de perpetuar suas práticas rituais e, em última instância, seus referenciais culturais.

**Figura 14** - Cachimbo ritual em osso decorado atribuído a grupos indígenas (a). Fragmento cerâmico com representação do cosmograma BaKongo (b). Fotos: Sílvia Peixoto.



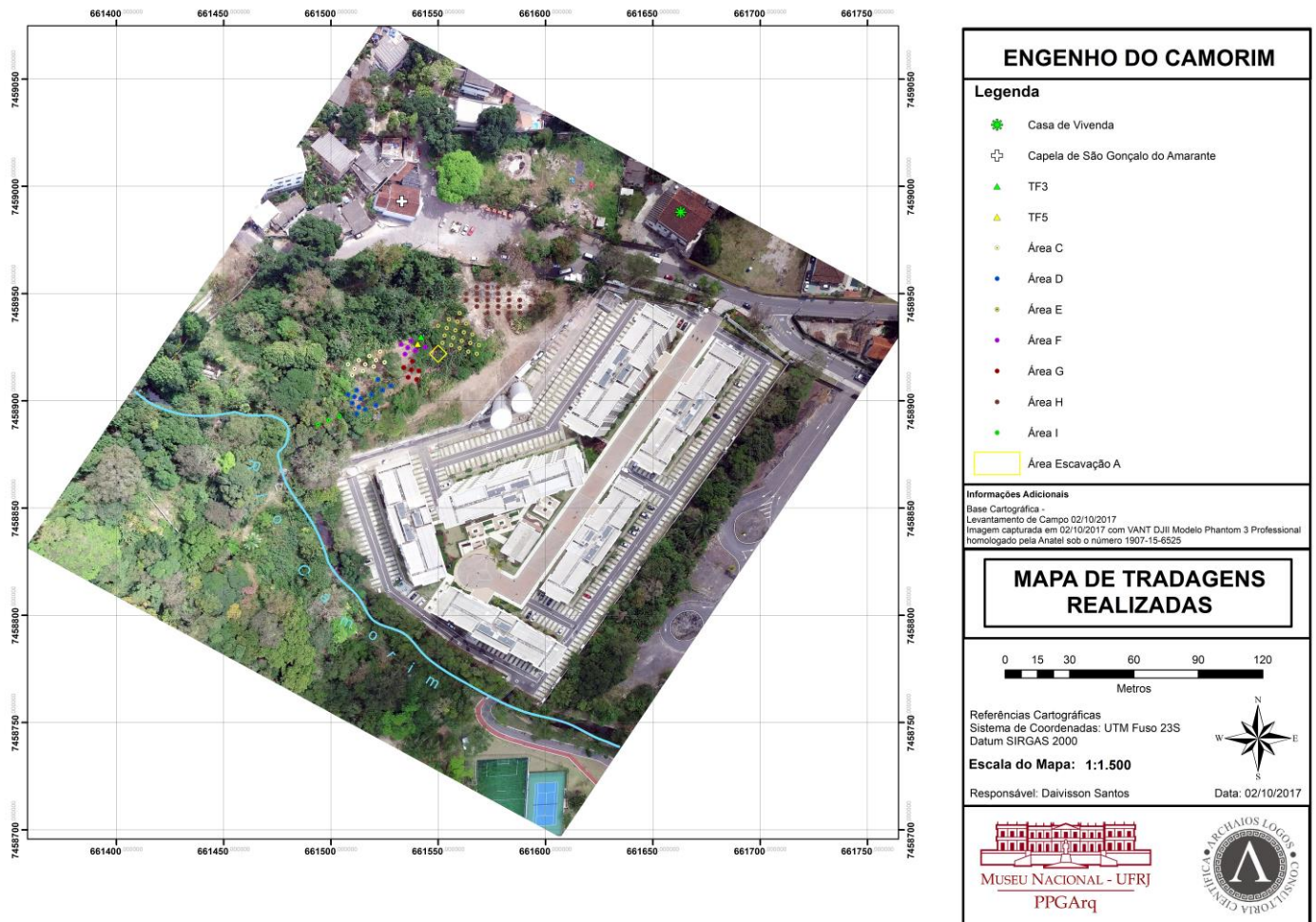
O conjunto das evidências observado na área de descarte escavada apontou, deste modo, para práticas cotidianas relacionadas ao espaço de trabalho do engenho, no qual coexistiam os itens concernentes à produção do açúcar em si, bem como à subsistência e atividades recreativas e/ou rituais dos cativos. Mais ainda, os materiais identificados tanto na camada original – correspondente à área de descarte – como no contexto de aterro, indicaram diferentes espaços produtivos existentes nas cercanias. Os grandes vasilhames cerâmicos apontaram para espaços de purga do açúcar, e as escórias informaram sobre atividades de metalurgia. Em apenas 25 metros quadrados de área escavada, obteve-se robustas indicações de diferentes edificações do engenho, como a fábrica e a ferraria, que possivelmente ficavam próximos.

Assim, com o objetivo de investigar os espaços no entorno dessa área de descarte, em um segundo momento, foram realizadas malhas de tradagens em diferentes pontos das cercanias (Figura 15), com vistas a tentar localizar as edificações que os materiais dessa área indicavam. Foram estabelecidas, então, linhas de tradagens equidistantes 2m e posicionadas em quincôncio. Cabe ressaltar que essas malhas, e conseqüentemente a quantidade de tradagens abertas, variaram em função da topografia, vegetação, enfim, da própria configuração do terreno.

---

a vida não tem fim, sendo a morte – no caso, o pôr do sol – apenas uma transição para o renascimento, à luz de uma concepção circular do tempo. A linha vertical, por sua vez, corresponde aos dois extremos que o sol alcança, o zênite e o nadir, marcando, ao alto, o ápice da vida dos indivíduos, que nascem, atingem sua culminância, e morrem, respectivamente no mundo dos vivos e no dos mortos, para renascer logo em seguida para um novo ciclo de vida, como o sol (LIMA, 2016).

**Figura 15** - Mapa de tradagens realizadas no terreno entre a capela e o Rio Camorim.  
Elaboração: Daivisson Santos.



A partir dos resultados das tradagens realizadas e de escavações mais amplas nas áreas em que as tradagens indicaram maior potencial, em função principalmente da evidência de materiais construtivos, foram identificadas, a Leste da área de descarte, as fundações de uma edificação. Toda a estratigrafia dessa área apresentou grande quantidade de materiais construtivos, com maior concentração onde foram evidenciados os alicerces de pedra. Nesse caso, formou-se, acima deles, um espesso pacote composto por tijolos e principalmente telhas, indicando paredes desmoronadas. Trata-se, contudo, de uma edificação muito heterogênea, porquanto composta por diferentes alvenarias, que parecem corresponder a dois momentos distintos na história dessa construção. O primeiro deles, mais antigo, é representado pelos alicerces mais rudimentares, porém mais resistentes, cuja alvenaria é composta por pedras portantes arredondadas e argamassadas com argamassa de barro (argila e areia) e conchas, de coloração amarelo claro (Figura 16).

**Figura 16** - Alicerce de pedra que corresponde ao primeiro momento da edificação, denominado aqui de Fase 1. Foto: Sílvia Peixoto.



Por algum motivo, e em momento posterior, esse espaço foi reformado, com a colocação de um alicerce de alvenaria distinta em seu interior, que parece inclusive ter interrompido parte de um dos alicerces da construção mais antiga e possivelmente outros que conformavam a planta original. Esse baldrame mais recente é composto por pedras arrumadas e angulosas, de tamanho pequeno a médio, assentadas com argamassa de barro (argila e areia e pouca quantidade de conchas trituradas), de coloração amarelo escuro (Figura 17).

**Figura 17** - Alicerce de pedra que corresponde ao segundo momento dessa edificação, cuja reforma interrompeu a alvenaria mais antiga. Foto: Sílvia Peixoto.



É possível observar, no entanto, um surpreendente desalinhamento na planta dessa construção (Figura 18). Estão alinhados apenas o alicerce mais recente (fase 2) e o alicerce maior do período mais recuado (fase 1). A planta original, referente aos seus primeiros momentos de funcionamento, foi em grande parte destruída, o que dificulta o entendimento espacial dessa edificação. O que fica evidente, apenas, é que houve nela uma reforma, em momento posterior, que destruiu alguns alicerces originais e reaproveitou parte deles na nova construção.

O cenário também indica que essa construção era bem maior e se estendia para a parte mais baixa do terreno, tendo provavelmente compartimentações internas. A área de descarte, localizada imediatamente ao lado, está certamente relacionada a essa edificação. A quantidade de material no espaço interno da construção, entre os alicerces, é muito menor que em sua porção externa, que corresponde justamente à área de descarte vizinha. Contudo, ainda que muito mais rarefeitos em meio ao sedimento, os materiais coletados na porção interna da edificação são basicamente os mesmos encontrados na área de descarte: recipientes usados na produção do engenho, cerâmicas com características indígenas, faianças portuguesas, cachimbos, entre outros.



ferramentas), em algum momento na virada do século XVII para o XVIII, possivelmente em função da mudança de administração do engenho.

Em se tratando, de fato, do abandono, da inutilização dessa área edificada em meados do XVII, restava saber se o espaço produtivo do engenho havia mudado de local, o que parecia pouco provável, tendo em vista os custos e esforços necessários, ou se o Camorim de fato perdeu com o tempo a função de engenho.

#### COM OS OLHOS NO CAMORIM

Nas pesquisas arqueológicas que se debruçam sobre contextos coloniais, a utilização combinada de fontes materiais e documentais, porquanto testemunhos indissociáveis, é absolutamente imprescindível, tendo grande potencial para fornecer um cenário mais completo e rico sobre o passado (DEETZ, 1977; WILKIE, 2006). Não obstante, a abordagem independente desses dois testemunhos, e principalmente a confrontação entre eles, como advoga Lima (2002), parece ser o caminho mais profícuo, tendo em vista que, ainda que muitas vezes os diferentes registros se complementem um ao outro, em alguns casos observam-se dissonâncias entre o que é escavado e o que está documentado (DEETZ, 1977; ORSER & FAGAN, 1995). Nesse sentido, metodologicamente, o equilíbrio no tratamento dessas fontes é o mais indicado, sobretudo se elas forem consideradas, *a priori*, como testemunhos independentes a serem analisados criticamente e confrontados, através do qual se chega a um terceiro nível de informação, “nem propriamente arqueológico, nem propriamente histórico, mas profundamente fecundo” (LIMA, 2002).

Foi precisamente esse o caminho trilhado pelas pesquisas realizadas no Engenho do Camorim, nas quais os registros material e documental foram trabalhados de maneira independente, sendo o segundo colocado a serviço do primeiro, e não o inverso. Evidentemente que algumas concordâncias entre os registros foram atestadas, como a decadência e desativação do primitivo espaço produtivo do engenho, aspecto que foi inicialmente aventado a partir dos trabalhos de campo.

As fontes documentais localizadas para o engenho nos arquivos do Mosteiro de São Bento, referentes ao período de administração dos beneditinos, auxiliaram na confirmação do que as pesquisas de campo já haviam indicado: a primeira fábrica do engenho efetivamente entrou em decadência. Isso se deu em algum momento na virada do século XVII para o XVIII, e, para suprir a demanda da produção açucareira, foi erguido o Engenho de Vargem. O documento a seguir, do início da década de 1730, relata o estado de deterioração do engenho à época:

Possui mais o mesmo Mostr.<sup>o</sup> uma sorte de terras com um engenho, onde chamam *Camorim*, e nas mesmas terras tem principiado outro engenho a q. chamam de Varge p.<sup>a</sup> satisfazer a **danificação do primeiro por ser muito antigo**, cujas terras, e eng.<sup>o</sup> lhe doou D. Victória, como se pode ver do seu testamento (*grifo nosso*)<sup>8</sup>.

Outro documento, contudo, sinaliza que, já no ano de 1796, o Engenho do Camorim se encontrava reativado; porém observa-se que sua produção era apenas metade do Engenho de Vargem. Dessa fonte, depreende-se que há um hiato de, pelo menos, algumas décadas entre a desativação da primeira fábrica do engenho e a edificação da nova, instalada em outro ponto do terreno, infelizmente não localizado pelas pesquisas de campo. O século XVIII, parece, desse modo, não ter sido expressivo no Camorim, ao

---

<sup>8</sup> Relação dos bens do Mosteiro enviada ao governo, entre 1733 e 1736. VI Livro do Tombo (1924/1943) do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, p. 229.

menos no que se refere à produção de açúcar e seus derivados, como já sinalizava o contexto arqueológico.

Tem presentemente o Mosteiro nesta Fazenda dois Engenhos, um denominado *Camorim*, no qual se fizeram o ano passado vinte caixas de açúcar, que se venderam pelo preço do tempo por dois contos quatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e vinte e um réis. Quinze pipas de aguardente vendidas por quatrocentos e vinte mil réis. Outro engenho denominado da Várgea, nele se fizeram quarenta e sete caixas de açúcar vendidas por quatro contos quatrocentos sessenta e três mil oitocentos e sessenta e três réis. Vinte e seis pipas de aguardente vendidas por setecentos e quarenta e quatro mil réis (*grifo nosso*)<sup>9</sup>.

O mesmo parece ter ocorrido no século seguinte, a julgar pela notícia do *Jornal do Commercio* localizada no *Almanak Laemmert*<sup>10</sup>, referente à produção de aguardente dos engenhos da capitania entre os anos de 1838-39, que indica que a produção do Camorim (apenas 3 pipas) foi muito inferior à de outros engenhos da região.

Enfim, se não sumiu por completo, o açúcar, sob a administração beneditina, certamente perdeu muito da relevância inicial que tinha sob o comando dos Correia de Sá no século XVII. No século XIX, ao que tudo indica, os religiosos priorizaram outras atividades, como a produção de mantimentos e a pecuária, como bem atestam os diversos currais de gado registrados nos mapas da época.

Não obstante as concordâncias, foram observados, também, acentuados contrastes entre o que as escavações arqueológicas permitiram entrever, e o que os textos produzidos pretenderam informar. Esse foi o caso, por exemplo, da presença nativa no engenho, latente na cultura material e invisibilizada nos documentos.

Como já demonstrado, chamou atenção, no registro arqueológico, a expressiva presença indígena nos primórdios do Camorim, atestada pela profusão de fragmentos de vasilhas confeccionadas a partir de sua tecnologia, bem como de motivos decorativos que lhes eram próprios ou familiares.

É possível ter acesso a informações acerca da força de trabalho utilizada no Camorim em uma série de documentos escritos, como, por exemplo, na escritura de dote proveniente do casamento entre Dona Vitória de Sá e o governador do Paraguai, o espanhol Don Luis de Céspedes Xeria, redigida em 1628. O documento caracteriza, com certa riqueza de detalhes, a composição da mão de obra escravizada nos seus primeiros anos de funcionamento, e fornece raras informações a respeito de especializações funcionais dos cativos:

(...) o qual engenho está situado aonde chamam o Camorim, termo desta cidade, com 40 pessoas entre de Guiné e da terra e 2 caldeiras de cobre do dito engenho e mais cobres que para ele forem necessários com as ditas 40 peças que assim lhes dotam com o dito engenho, dizendo eles dotadores que haviam de entrar dois negros do gentio da Guiné, um ferreiro e outro oleiro e assim mais entrarão na dita conta três moços, um carpinteiro e dois serradores do gentio da terra (...) (RUDGE, 1983: 36, *grifos nossos*).

Observa-se, a partir desse documento, que a composição da população cativa do engenho era evidentemente mista, como usual no período, contando com *gentios da terra* e *gentios da Guiné*. Dentre os africanos, menciona-se um ferreiro e outro oleiro e, dentre os nativos, um carpinteiro e dois serradores. Além de especificações funcionais, a

<sup>9</sup> Auto de diligência e exame do número de religiosos da Ordem de S. Bento, suas rendas e bens territoriais da Capitania do Rio de Janeiro, 1797. VI Livro do Tombo (1924/1943) do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, p. 271.

<sup>10</sup> [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_02&pagfis=11289](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=11289).

passagem permite entrever atividades realizadas no engenho, como o conserto e a fabricação de ferramentas e mobiliário, e a confecção de cerâmica e possivelmente também tijolos e telhas, como as análises arqueológicas e físico-químicas já haviam apontado. Esse cenário é perfeitamente compatível com a realidade dos complexos açucareiros à época, que precisavam ser minimamente autossuficientes, especialmente em se tratando de um engenho tão recôndito.

No que respeita à representatividade de africanos e nativos dentre a comunidade escravizada, entretanto, parece haver um descompasso entre o que o documento informa e o que as pesquisas arqueológicas indicaram. Agrupando toda a escravaria do engenho em um número total, a passagem acima não permite precisar a proporção entre os grupos, o que parece ser absolutamente intencional. Ainda que os nativos estejam camuflados no interior das “40 pessoas entre de Guiné e da terra”, as escavações indicaram que a presença deles no Engenho do Camorim foi expressiva e conspícua, o que é atestado pela recorrência de sua cerâmica e de seus *modos de fazer* no registro arqueológico. Ao que parece, havia muito mais indígenas trabalhando no Engenho do Camorim do que seus senhores desejavam dar a saber.

De fato, um importante documento<sup>11</sup>, redigido em 1631, revela um cenário que definitivamente não condiz com a subrepresentação dos nativos no Camorim. O texto contém diversas acusações proferidas por parte de autoridades paraguaias contra Don Luis de Céspedes, então governador deste país, e a essa época já proprietário do engenho, por ocasião de seu casamento com D. Vitória:

Enviou por duas vèzes por aquêlo caminho vedado mensageiros ao Brasil e índios para o seu engenho, o que é proibido (...) despachou igualmente, pelo mesmo pôrto, e com as mesmas pessoas, muitos índios para as suas fazendas; (...) três testemunhas dizem terem ouvido que o dito governador concertou com os portugueses que levassem das províncias do Paraguai até 18 mil índios, contanto que lhe pusessem 600 no seu engenho (...) foi contrário a que os padres tivessem defendido os índios contra os assaltos dos portugueses, alegando que se levantassem contra a jurisdição real (*grifos nossos*).

Tais acusações revelam explicitamente que grande contingente de nativos (provavelmente guaranis), ainda que não se possa precisar o montante, foi enviado para o Engenho do Camorim, possivelmente em diferentes ocasiões. Desses fatos, depreende-se que, se em 1628, momento em que o governador assumiu a posse do engenho, através do casamento, o Camorim contava com 40 pessoas entre de Guiné e da terra, esse número certamente aumentou exponencialmente a partir de sua administração, em especial o contingente nativo.

É interessante notar que no testamento de Dona Vitória de Sá, redigido em 1667, ano de sua morte, ela caracteriza, sem fornecer números, a população cativa, no que seriam os momentos finais da administração de sua família, ao que parece minimizando mais uma vez a presença indígena:

(...) um engenho de água em Camorim com uma igreja da invocação de São Gonçalo, casas de vivenda de sobrado, casas de purgar tudo de pedra e cal, e o dito engenho fabricado de moendas, cobres, e bois e carros. Tenho também no tal engenho escravos

---

<sup>11</sup> *Memorial de los cargos hechos al gobernador del Paraguay, D. Luis Cespedes*, manuscrito da Biblioteca Nacional: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssp0001468/mssp0001468.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001468/mssp0001468.pdf). Acessado em 18 de abril de 2018.

do gentio da Guiné, crioulos e crioulas, mulatos e mulatas, mamelucos e mamelucas e alguma gente da terra, todos do meu serviço e obrigados<sup>12</sup> (*grifo nosso*).

Levando-se em consideração que Don Luis, seu marido, era, ao que tudo indica, um notório apresador de índios, inclusive tendo remetido, por diversas vezes, quantidade expressiva de nativos para seu engenho até pelo menos 1631, é de surpreender que no testamento de D. Vitória, redigido duas décadas depois, conste apenas “alguma gente da terra” dentre os cativos do Camorim. Duas possibilidades se apresentam: ou a aquisição de indígenas cessou em algum momento da década de 1630, e grande parte do contingente veio a óbito e/ou se miscigenou, estando presente nos *mamelucos e mamelucas* a que ela faz referência; ou, por algum motivo, a representatividade indígena da escravaria precisou ser mascarada.

Sobre esse aspecto, cabe invocar o viés ideológico subjacente às produções textuais, com vistas a refletir acerca dos propósitos motivadores desse tipo de “apagamento” observado no caso da mão de obra nativa no Camorim. Galloway (2006) enfatiza a marcante permeabilidade ideológica inerente à documentação textual, tendo em vista que a produção escrita está sempre imbuída de propósito, normalmente relacionado à conjuntura e ao momento em que se insere. Isso é especialmente evidente no caso de contextos de colonização, nos quais os processos de registro se encontravam sob rígidas regras de controle e ideologia.

Ressalta-se, nesse sentido, que os séculos XVI e XVII foram períodos de constantes embates no que se refere ao cativo indígena no contexto do Brasil Colonial. De um lado, questões morais e teológicas incitavam a legislação a proibir o apresamento e a utilização desses indivíduos como cativos; de outro, aspectos econômicos e políticos tentavam os senhores nessa direção. Nesse limbo parece ter ficado D. Vitória de Sá, senhora do Camorim, que, não obstante ter se utilizado do labor de grande quantidade de indígenas em seu engenho, evitou que eles figurassem nos documentos. Católica fervorosa e fiel devota, a pecha de escravizadora de índios poderia lhe custar a reputação ou um lugar no paraíso, temor que ela deixa nas entrelinhas de seu testamento, a julgar pela quantidade infundável de missas que manda rezar em favor de sua alma e de seus parentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas no Engenho do Camorim possibilitaram somar importantes conhecimentos a respeito dessa unidade produtiva açucareira e, em última instância, sobre o processo de ocupação da Baixada de Jacarepaguá no período colonial. Ainda que consideravelmente impactado pelo tempo e pela ação da especulação imobiliária, esse engenho reservava gratas surpresas do ponto de vista arqueológico. As diferentes intervenções realizadas acabaram se revelando altamente profícuas, possibilitando releituras de espaços minimamente conhecidos e abordagens de contextos inteiramente inéditos e originais.

Apesar de retratada, como já mencionado, por Magalhães Correa no início do século XX, à época ocupada por uma escola municipal, a sede do Engenho do Camorim nunca havia sido alvo de investigação, não sendo sequer referenciada nos livros que se debruçaram sobre a história e o patrimônio colonial da região. Em realidade, a casa permaneceu, até pouco tempo, oculta e invisibilizada pelas muitas reformas que sofreu, que acabaram por descaracterizá-la consideravelmente.

---

<sup>12</sup> Doc. 1413-X, Arquivos do Mosteiro de São Bento.

O levantamento arquitetônico realizado, possibilitou, entretanto, localizar as paredes e vãos originais da edificação, entrevendo-se, com isso, a compartimentação interna original da casa. A análise da alvenaria ainda permitiu vislumbrar, junto à implantação na paisagem, um caráter fortificado e defensivo para esse engenho, condizente com a realidade de ameaças que se apresentavam à época.

Ademais, as intervenções realizadas no terreno entre a Capela de São Gonçalo do Amarante e o Rio Camorim localizaram a área de descarte de um dos primeiros espaços produtivos do engenho, e os alicerces da própria edificação, ao que tudo indica a casa de purgar. A evidenciação de um contexto de atividades original de meados do século XVII, datação atestada notadamente pelas faianças portuguesas resgatadas, permitiu, por um lado, recuar consideravelmente a arqueologia de engenhos e do Rio de Janeiro. Trata-se, inclusive, ao que tudo indica, do primeiro espaço produtivo açucareiro a ser sistematicamente investigado através de escavações não apenas na Baixada de Jacarepaguá, mas no município como um todo.

As diversas análises realizadas sobre os milhares de fragmentos de materiais rejeitados de atividades cotidianas permitiram ainda caracterizar um dos espaços laborais do Engenho do Camorim, com muitos dos aspectos que lhes eram inerentes. Assim, o registro arqueológico evidenciado possibilitou acesso a um contexto que não é usualmente alcançado através da arqueologia de engenhos: o das relações de trabalho. É através delas que, segundo Silliman (2010), melhor se chega às práticas e experiências dos grupos subalternos, pois essas relações influenciam e estruturam as interações entre as pessoas e as maneiras pelas quais elas usam e manipulam os espaços e a cultura material, formando e negociando identidades. Em realidade, como enfatizado pelo pesquisador, contextos de trabalho no período colonial são excelentes vias de acesso à vida e às práticas dos grupos subalternos utilizados como mão de obra, usualmente invisibilizados na documentação, bem como em outros contextos arqueológicos (Silliman, 2010).

De fato, o registro arqueológico evidenciado no espaço produtivo do engenho permitiu vislumbrar não só a presença latente de indígenas, africanos e seus descendentes, mas também, e mais importante, as interações e as maneiras pelas quais esses indivíduos usaram e manipularam os espaços e o tempo, bem como negociaram suas identidades através das práticas e das experiências que estabeleceram com a cultura material em seu ambiente de trabalho.

Os materiais descartados do espaço produtivo apontaram para diferentes atividades concernentes ao contexto de trabalho do engenho: as relacionadas propriamente à produção de açúcar; as diagnósticas da esfera alimentar dos grupos subalternos; e as que informam sobre seus hábitos e práticas individuais e/ou de sociabilidade. Os indivíduos escravizados no Camorim estiveram presentes por toda a área: nas vasilhas que usaram (e que em grande medida produziram) para purgar o açúcar; nas panelas que cozinham seu alimento; nos cachimbos que usaram nas brechas das jornadas de trabalho.

Enfim, a abordagem pontual e sistemática realizada no Camorim possibilitou acesso a aspectos da paisagem social local, construída e reconstruída pelos grupos subalternos em seu cotidiano de trabalho no engenho. Através da confecção e manutenção de seus próprios artefatos, rituais e símbolos; da possível reapropriação de itens da cultura material dominante, bem como da manipulação do tempo, os cativos do Engenho do Camorim existiram, resistiram e acabaram por criar a sua própria paisagem em meio à opressão do cativo e das penosas jornadas de trabalho a que eram submetidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. 2010. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, v. 2. Rio de Janeiro, Andrea Jacobsson Estúdio.
- ARAUJO, Carlos. 1995. *Jacarepaguá de antigamente*. Belo Horizonte: Carol Borges Editora.
- AGOSTINI, Camilla. 1998. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional* 3(2): 115-137.
- CALADO, Rafael Salinas. 2013. *Faiança Portuguesa*. Lisboa, Correios de Portugal.
- CASIMIRO, Tania. 2013. Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 16, p. 351-367.
- CORRÊA, Magalhães. 1936. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional.
- DEETZ, James. 1977. *In small things forgotten*. New York, Anchor Books.
- FRIDMAN, Fania. 1999. *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, Garamond.
- GALLOWAY, Patricia. 2006. Material culture and text: exploring the spaces within and between. In: M. Hall & S.W. Silliman (Eds.), *Historical Archaeology*. Malden: Blackwell, p. 42-64.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. 1989. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre, Posenato Arte & Cultura, 2ª ed.
- LIMA, Tania Andrade. 2002. Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXVIII, 2: 7-23.
- LIMA, Tania Andrade. 2011a. Keeping a Tight Lid: The Architecture and Landscape Design of Coffee Plantations in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, Brazil. *Review* (Fernand Braudel Center), Rethinking the Plantation: Histories, Anthropologies and Archaeologies, v.34, N° 1/2.
- LIMA, Tania Andrade. 2011b. *Relatório Final de Diagnóstico de Potencial e Levantamento Arqueológico do Campus Fiocruz da Mata Atlântica*, depositado na Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.
- LIMA, Tania Andrade. 2016. A meeting place for urban slaves in eighteen-century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5(2): 102-146.
- LIMA, Tania Andrade; LOCKS, Martha. 2016. Comendo o que ninguém quer: consumo de cabeça de boi entre escravos urbanos do Rio de Janeiro, século XVIII. In CODEVILHA, F. (ed.), *Comida, cultura e sociedade: arqueologia da alimentação no mundo moderno*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- MORGADO, Paulo Jorge; SILVA, Ricardo Costeira da; FILIPE, Sónia Jesus. 2012. A cerâmica do açúcar de Aveiro. Recentes achados na área do antigo bairro das olarias. *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, v.2.
- ORSER, Charles E.; FAGAN, Brian M. 1995. *Historical Archaeology*. New York, Harper Collins.
- PEIXOTO, Sílvia Alves; LIMA, Tania Andrade. 2018. O sistema alimentar da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII - (III): As louças destinadas ao serviço e consumo de alimentos. In SOARES, C. & RIBEIRO, C. (Coords.) *Mesas luso-brasileiras: alimentação, saúde e cultura*, PUCPRESS, Imprensa da Universidade de Coimbra. v.2, pp. 333-351.
- RICE, Prudence M. 1987. *Pottery Analysis: A Sourcebook*. The University of Chicago Press, Chicago and London.
- RUDGE, Raul Telles. 1983. *As Sesmarias de Jacarepaguá*. São Paulo, Livraria Kosmos Editora S.A.
- SANTOS, Rita de Cássia; COSTA, Flávia. 2015. *Cultura Material Indígena em Pernambuco (Fulni-ô, Kapinawá, Pankararu e Xucuru)*. Relatório referente ao projeto Cultura Material Indígena em Pernambuco.

- SHEPARD, Anna O. 1971. *Ceramics for the Archaeologist*. Carnegie Institution of Washington, Washington D.C.
- SILLIMAN, Stephen. 2010. Indigenous traces in colonial spaces Archaeologies of ambiguity, origin, and practice. *Journal of Social Archaeology*, 10(1).
- SOUSA, Élvio Duarte Martins. 2006. A Cerâmica do Açúcar das Cidades de Machico e do Funchal. Dados Históricos e Arqueológicos para a Investigação da Tecnologia e da Produção Açucareira em Portugal. *A Cerâmica do Açúcar em Portugal na Época Moderna – Coleção “Mesa Redonda”*. Lisboa/Machico. 1, pp. 9-31.
- SOUZA, Marcos André Torres de; LIMA, Tania Andrade. 2016. Hibridismo e inovação em cerâmicas coloniais do Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. *Urbania. Revista latinoamericana de arqueología e historia de las ciudades*, Buenos Aires, Arqueocoop Ltda, Nº 5: 21-60.
- VIANNA, Hélio. 1992. *Baixada de Jacarepaguá: Sertão e Zona Sul*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes: Departamento Geral de Patrimônio Cultural.
- WILKIE, Laurie. 2006. Documentary Archaeology. In HICKS, D. & BEAUDRY, M.C. (Eds.), *The Cambridge Companion to Historical Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 13-33.
- ZARANKIN, Andrés. 1999. Casa Tomada; sistema, poder y vivienda domestica. In ZARANKIN, A. & ACUTO, F. (Eds.), *Sed Non Satiata; Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires, Del Tridente, pp. 239-272.